

A DIFICULDADE DE ORIGEM

Marcos Siscar *

O problema da tradução tem sido tratado, nos últimos anos, a partir de uma reflexão sobre o estatuto do *original* e sobre suas consequências para a teoria e a prática da tradução. Discursos recentes, sobretudo aqueles que se valem de teorias de inspiração “pós-moderna”, passaram a interpretar o apego à noção estável de original e aos diversos mecanismos de afirmação da “equivalência” como uma estratégia ou, pelo menos, como uma herança idealista de nossa maneira de ver a linguagem e o mundo de maneira geral. A partir dessa interpretação, passamos a considerar a tradução como uma “leitura” de um texto sem significado intrínseco ou, explicitando o conflito aí embutido, como uma transformação de um original ausente.

Sem dúvida, esses estudos nos têm levado a reconhecer o ponto onde estão em jogo as determinações lingüísticas, culturais e até psíquicas de nossa maneira de conceber a tradução, no sentido de debelar o complexo de culpa que nos assola desde o pecado original do querer-dizer. Ao mesmo tempo, trata-se de abrir espaço para uma atitude responsável e afirmativa diante dos problemas da linguagem, encarando-a como campo de edificação de discursos diferentes, sem fundamentos assegurados.

Atentos às cumplicidades entre visões de texto e práticas institucionais, esses estudos nos alertam para o perigo da passividade diante do sentido e para o movimento que se instaura a partir de toda tomada de palavra. É respondendo à força de solicitação desse ensinamento, a partir do seu legado (gesto que implicaria uma dificuldade genealógica, de origem), que me proponho às conside-

* Universidade Estadual Paulista - São José do Rio Preto.

rações que se seguem, no sentido de procurar enfatizar o movimento não de negação, nem de afirmação, a meu ver, mas de diferenciação inscrita na *différance* (Derrida, 1972a).

Parece-nos que, além das passagens do desejo ou da ideologia para o discurso, seria necessário sublinhar o trabalho da alteridade, entendida como aquilo que vem colocar em questão o movimento do mesmo. Dessa maneira, seria possível entender melhor os meandros não só do original, mas, como veremos, da origem, da qual o original é o caso mais ilustre e talvez o mais importante, do ponto de vista da tradição, porém não o único. Trata-se de retomar as questões que os recentes estudos sobre a tradução nos sugerem, não no sentido de estabelecer responsabilidades, mas no de pensar o *double bind* inscrito na tomada de decisão do sentido, estranhamente necessária e impossível.

Lembremos, para isso, inicialmente, que a lógica do pensamento sobre a tradução pode ser entendida como a de um gesto “platônico”, segundo a interpretação de Antoine Berman (1986). A tradução é platônica na medida em que promove a separação entre o corpo e o sentido, instaurando um processo em que ao abandono do corpo corresponde a tentativa da manutenção do sentido. A tradução é, assim, tradicionalmente, vista como transferência de significados. Traduz-se, por definição, quando são transferidos os sentidos de um corpo para um outro corpo, de uma língua para outra, de uma formulação para outra, de um sistema de signos para outro. Aquilo que se perde é justamente o acontecimento original desse sentido ligado de maneira frágil e inquietante à materialidade do corpo ou da letra.

De forma mais genérica, essa centralidade do sentido para a tradução é apontada por Jacques Derrida quando pensa a processo tradutório como “passagem à filosofia” (1972b, p. 80). Interessa-lhe, nesse momento, o campo mais vasto do pensamento como uma espécie de passagem ao sentido, como passagem ao “filosofema”, de maneira semelhante àquela adotada por Antoine Berman. Não se trata, para Derrida, de afirmar que o conhecimento traz para a linguagem experiências mudas, já acessíveis de alguma maneira a uma consciência: essas experiências só se dão efetivamente quando traduzidas. A tradução liga-se à gênese do conhecimento de maneira originária. O pensamento traduz quando há passagem para a palavra, passagem do não-sentido para o sentido. O pensamento constitui, por assim dizer, uma *passagem* ao discurso; assim, o pensamento deve ser entendido primordialmente como tradução.

Ao questionar a tradição platônica, na qual os princípios da produção de sentido se revelam mais claramente, o discurso sobre a tradução encontra-se numa situação problemática. Quando se coloca na situação de pensamento *sobre* a tradução, age fundamentalmente a partir da ênfase em uma abstração que

poderia ser nomeada como significado, obliterando de alguma maneira a estranha lógica da relação com o significante, entendida como momento do confronto com a disseminação do sentido. Como passagem ao sentido da tradução, a teoria é *tradução* no sentido acima aludido. Por isso, seguindo o tipo de raciocínio de Berman, se existe uma necessidade interna da tradução de pensar a sua própria teoria, por outro lado podemos dizer que existe, para a teoria, a necessidade de pensar a sua própria condição de tradução, isto é, mais especificamente, segundo as palavras de Derrida, “a temível e irreduzível dificuldade da tradução” (1972b, p. 80).

Constatando a lógica opositiva e hierárquica desse logocentrismo de tipo platônico, nossa época assiste a uma renovação da teoria da tradução que coincide com a crítica à lógica da transferência do sentido e ao rebaixamento do texto traduzido como secundário, mero simulacro do texto original. Resgatando o interesse e a importância do texto traduzido, uma faixa substantiva da teoria da tradução atual procura restaurar a dignidade do excluído, do reprimido, daquilo que é sistematicamente marginalizado como derivação do original, como atividade servil e, conseqüentemente, mal paga. Não é só a tradução, mas também o tradutor que passa por um processo de revalorização, processo cuja dificuldade pode ser imaginada quando constatamos a profundidade das raízes da centralidade do original e da rejeição do imitado em nossa cultura. Essa rejeição, ou repressão, do imitado fica bastante clara quando nos deparamos com um livro traduzido sem a menção do nome do tradutor ou quando nos defrontamos com a própria falta de regulamentação adequada da profissão.

Ao promover a revisão desse estado de coisas, a teoria da tradução o faz, substancialmente, reavaliando o problema do *original*. Não haveria texto ou sentido original antes de uma leitura. Aquilo que chamamos original se estabelece e se modula segundo as diversas interpretações de um texto que, dessa maneira, perde qualquer essência ou significado intrínsecos. O sentido do original é o sentido que lhe atribui um leitor ou uma determinada situação interpretativa, um determinado contexto de leitura. O argumento pode ser resumido da seguinte maneira: não existe original *antes* de sua tradução; é a tradução que, de alguma maneira, *cria* seu original. Assim, podemos dizer que a teoria da tradução atual usa a “leitura” como antídoto ao logocentrismo platônico.

Exposto a todo tipo de objeção empírica mais ou menos ingênua, acusado também, e de maneira igualmente precipitada, de anular a necessidade de rigor com o trato do texto fonte, esse argumento atribui ao tradutor a condição de produtor de sentido e à tradução a condição de espaço onde se deixam ler os traços ideológicos e pulsionais da constituição do texto. Dar à tradução o esta-

tuto de produção de sentido equivale assim a desmascarar os idealismos, os absolutismos da razão, as seduções silenciadas e seus propósitos. A teoria da tradução articula-se, nesse ponto, aos programas já conhecidos da crítica histórica, da psicanálise, de certas faixas da análise do discurso, da estética da recepção etc.

A hierarquia platônica é questionada e rompida. A recepção, entendida como produtora e não apenas reprodutora neutra de sentidos, aparece no primeiro plano desse interesse. A leitura é retomada como a origem do sentido que se trata de analisar, instaurando a necessidade de se repensar inclusive o problema da responsabilidade do tradutor.

Resumida nesses traços largos, a revisão da condição da tradução e do tradutor é essencial no sentido de compreender essa atividade central de nossa cultura, garantindo-lhe a dignidade que merece. Desmistificando o original, enfatizamos o trabalho do tradutor, seu papel ativo, e talvez possamos dar um novo sentido, inclusive, à mal compreendida “criatividade” que viabiliza o conhecimento e o rigor no trato com seu objeto. Eliminando a ilusão da equivalência, essa transformação tende a reavaliar o traço disfórico do nosso modo de pensar a tradução, como bem o percebe o poeta José Paulo Paes, com a ironia de costume, ao escrever, em *O Evangelho de São Jerônimo*: “Para evitar [a] monotonia, o bom Deus dispôs, já no dia da Criação, que tradução e original nunca fossem exatamente a mesma coisa./ Glória, pois, a Ele nas alturas, e paz, sob a terra, aos leitores de má vontade” (Paes, 2001).

Mas talvez caiba aqui retomar o problema a partir de um prisma ligeiramente deslocado. Em termos ainda bastante gerais, poderíamos nos perguntar: em que condições a teoria da tradução, devendo considerar-se em constante processo de produção do sentido, pode estabelecer a centralidade ou a originalidade da leitura, com todas as suas conseqüências “práticas”, sem ser injusta com a lógica que ela afirma? Deveríamos, aqui, reconsiderar o problema da tradução e colocá-lo de outra maneira: central não é exatamente a tradução (ouçamos também: a passagem, a transformação, a leitura), mas, segundo a já mencionada proposição de Derrida, a “temível e irreduzível dificuldade da tradução”, essa “dificuldade de princípio”; não exatamente a leitura, mas a temível e irreduzível *dificuldade* da leitura. Central seria a *dificuldade* de estabelecer um centro para o sentido, uma vez que a produção de sentido sugere mais propriamente um “jogo” do que uma estrutura única articulada em torno de um centro (Derrida, 1967). Central seria, portanto, o caráter indócil da passagem e não exatamente a idéia da passagem ela mesma, sua formalização como conceito instrumental. Se a *transformação* está no âmago do problema da tradução, é na medida que ela nos impõe determinações conflitantes.

Em que condições se pode falar de “contexto de leitura”, de “interferência do leitor” como definidores do ato de traduzir? Mais especificamente, em que condições se pode medi-los, descrevê-los, determiná-los? Como o tradutor pode ser *responsável* por algo que é, na verdade, intratável? Como *assumir*, *tomar consciência*, *tomar em mãos* o sentido e a responsabilidade do sentido (segundo as palavras de ordem que nos parecem tão necessárias e sedutoras)? Do que exatamente é responsável o tradutor quando a questão da responsabilidade se coloca? A *que* ou a *quem* ele responde quando toma em mãos aquilo que lê? Em suma, de que tipo seria essa política da leitura, na medida em que a estrutura da leitura pode ser definida como a da transformação incessante da afirmação em ideologia ou do desejo em sintoma?

A questão aqui se complica e requer um tipo de discurso que não se acomode facilmente nas categorias de sistema teórico, de pedagogia da interpretação ou de lição disponível sobre o problema do original em tradução. A nosso ver, outra formulação se impõe ou se insinua. Nós diríamos que o problema da tradução se revela mais claramente não como problema de *original*, mas como problema de *origem*. Alçar a leitura a elemento constitutivo do sentido apenas desloca a origem do sentido; sua originariedade fica intocada. De alguma maneira, a leitura passa a ser um “original”; o sentido de um texto não está mais na esfera de sua produção, mas, estando reconhecível na instância da leitura, ele é ainda um sentido (resgatável, determinável, denunciável). A origem do sentido fica assim resguardada.

A formulação das tramas da recepção (razões do tradutor, determinações culturais e ideológicas da leitura etc.) substitui a do texto ou do contexto do original (características textuais intrínsecas, intenção do autor, características culturais e ideológicas do texto original etc.), e tende a instaurar uma outra modalidade da origem. Essa interpretação da interpretação torna-se uma outra maneira de “compreender”, uma outra forma do *logos*, problema extensivo a toda interpretação.

Se a origem não existe *antes* da leitura, parece necessário lembrar que tampouco é possível estabelecê-la *a posteriori*. Eis a lógica incômoda da tradução.

Quais as conseqüências mais imediatas disso? A nosso ver, é importante que a teoria da tradução atente para o ponto em que a relação entre a leitura e a origem do sentido não se define apenas por um caráter de coerência, de adequação, de concordância mútua, em suma, de algum tipo de causalidade. Ao dizer, por exemplo, que a tradução se realiza ao atender às expectativas de um determinado tipo de contexto de leitura. Que tipo de produção de sentido teríamos se, ao tradutor “responsável”, o imperativo desse “contexto de leitura” fosse

sistematicamente traduzido por “mercado” ou por “cliente”? A nosso ver, a idéia de *adequação* entre a leitura operada pela tradução e o contexto no qual ela é produzida acaba deixando de lado aquilo que justamente deveria ser o enfoque do problema da transformação, ou seja, o problema do conflito entre texto e contexto, o caráter intratável da tradução e suas eventuais rupturas. Se a leitura é sempre um ato de desvio, caracterizado por uma certa violência, não há serenidade possível diante da tradução. E é em tal contexto que a atenção às circunstâncias (do texto “original” e da “tradução”) se faz mais aguda e mais difícil.

Se o problema é a origem e não simplesmente o original, então não se pode pensar a adequação como medida da produção de sentido. Adequação a quê (se poderia perguntar)? Não estaríamos diante de uma outra forma, mais interessante e muito mais sutil, porém efetiva, de *equivalência*? Existe, como sugerimos, um risco de legitimação da leitura e das razões do leitor, da máquina editorial, do mercado e da cultura receptora. Não existiria aí, finalmente, o risco de estarmos abraçando ingenuamente uma das espécies do “etnocentrismo”, segundo a noção empregada por Antoine Berman no caso da tradução (1984, p. 17)? Trata-se, sem dúvida, antes de mais nada, de compreender em que consiste esse etnocentrismo (e daí a importância da obra de Berman), apontando a violência constitutiva da transformação quase sempre imperceptível do inevitável em necessário, da descrição de uma lei em sua prescrição como regra. Aquilo que pode acontecer quando passamos da descrição do leitor como um sujeito ideológico ou desejoso ao leitor como um legítimo “produtor de sentido”, passagem ou tradução na qual vai se apagando a idéia da interferência entendida como impossibilidade de domínio dos significados, na qual vai se operando de forma indireta uma legitimação. O que significa, no contexto da ideologia e da psicanálise, uma “conscientização” do leitor-tradutor? O que quer dizer *consciência*, senão uma espécie de domínio do significado?

Uma hipótese aqui se coloca: a de que a passagem, não da teoria para a prática, mas do discurso para uma possível normatização do discurso, é dificultosa; a passagem de uma pedagogia para uma teoria pedagógica, a passagem da formulação teórica desmistificadora para os gráficos normativos da crítica baseada em matrizes e imperativos.

Isso porque, quando se trata de tradução, não estamos simplesmente diante do problema da leitura, mas diante do problema da alteridade constituinte de todo ato de leitura, de todo estabelecimento de origem de sentido. Se assim for, não há porque excluir as questões de textualidade, por exemplo, relegando-as apressadamente a uma certa mística beletrista, uma vez que o texto ou a “letra” podem ser entendidos como o lugar no qual se dá a relação com essa

alteridade. O “texto” não é necessariamente sinônimo de original. O texto pode ser entendido como o lugar onde se percebe esse movimento de dificuldade ou de *différance*:

Um texto só é um texto se ele oculta ao primeiro olhar, ao primeiro encontro, a lei de sua composição e a regra de seu jogo. Um texto permanece, aliás, sempre imperceptível. A lei e a regra não se abrigam no inacessível de um segredo, simplesmente elas nunca se entregam, no *presente*, a nada que se possa nomear rigorosamente uma percepção. (Derrida, 1991, p. 7)

Dessa forma, podemos dizer que não estamos apenas diante de uma fala motivada por razões que a precedem ou determinam, mas também de um silêncio difícil, contumaz, de uma resistência quase infinita à apropriação pela palavra, que é o lugar do qual falamos. Dupla necessidade, duplo gesto, como diria Derrida, autor que não vê a desconstrução como passagem para além do logocentrismo, mas que constitui seu pensamento nas fendas de suas tensões. Talvez isso explique, em parte, a estranha maneira que os textos desse autor têm de se referir ao problema da tradução, levando o conhecimento para os rodapés, tratando-o a partir de formulações indecidíveis ou, ainda, a partir dos avessos, multiplicando a Torre em *Torres* de Babel ou lembrando-lhe a volta que faz sobre si mesma a partir da indizível confusão do nome de Deus. Estamos diante não de meros estratagemas retóricos dispensáveis, mas de maneiras de dramatizar, para uma possível leitura, aquilo que a aguarda e que a ameaça.

Parece-nos que essa lógica inquietante do discurso nem sempre é levada em consideração, mesmo quando se trata de denunciar a ingenuidade platônica e de contrapor-se a ela. Qual é o sentido da tradução quando o discurso sobre a tradução deixa inquestionada a instabilidade da circunstância (textual, ideológica, pulsional) na qual se produz esse discurso, ou seja, quando o lugar de produção do sentido busca permanecer neutro diante daquilo que veicula. Não estranha que essa situação favoreça uma certa resistência não diria ao texto, mas à problemática “literária”, marginalizada por uma operação que, se baseia em uma análise plenamente aceitável e às vezes muito acurada criticamente de traços idealistas do discurso literário, parece promover entretanto uma rejeição em bloco da questão da textualidade.

No momento em que a teoria da tradução passa por um processo de constituição de estruturas nas universidades, com todas as prerrogativas de uma disciplina, justificando a criação de departamentos, de cursos ou de outros tipos de instâncias institucionais, seria importante sublinhar esses problemas para que seu caráter questionador da habitual resistência à transformação seja valorizado como fundamento dos efeitos de sentido que ela eventualmente venha a criar. Presenciamos, hoje, ao que tudo indica, o momento de fundação de um tipo específico de conhecimento que, na base interdisciplinar que tem caracterizado a produção científica de nosso tempo, propõe uma maneira diferenciada de tratar com um determinado aspecto da realidade. Como conhecimento que reivindica sua autonomia, esse discurso é suscetível, a qualquer momento, de ser questionado sobre as bases que o sustentam. E é por isso que o problema da *origem* deve ser colocado de maneira muito clara – para que nos acompanhe a inquietação e o desassossego que nos trouxe até aqui.

RESUMO

Esse trabalho propõe-se a comentar questões aventadas pela recente teoria da tradução a partir do problema do “original”, a fim de destacar o *double bind* inscrito na visão do tradutor como “produtor de sentido”. Questionando a categoria da “leitura” como ponto de partida para o estabelecimento de responsabilidades, sublinhamos o trabalho da alteridade aí envolvido. Dessa maneira, seria possível entender melhor os meandros não exatamente do original, mas da origem, da qual o original é o caso mais ilustre, porém não o único.

Palavras-chave: Teoria da tradução, original, ética, alteridade.

ABSTRACT

This paper is intended to discuss questions raised by the recent theory of translation starting from the “original” problem, in order to stress the double bind inserted in the translator’s vision as “meaning producer.” Questioning the “reading” category as

a starting point for establishing responsibilities, we underscored the alterity work thereby involved. Thus, it would be possible to better understand the meanders, not exactly those of the original but of the origin of which the original is the most illustrious case, although not the only one.

Key-words: Theory of translation, original, ethics, alterity.

REFERÊNCIAS

BERMAN, A. *L'Épreuve de l'Étranger – culture et traduction dans l'Allemagne romantique*. Paris: Gallimard, 1984.

_____. L'Essence platonicienne de la traduction. *Revue d'Esthétique*, v. 12, 1986.

DERRIDA, J. La structure, le signe et le jeux dans le discours des sciences humaines. In: _____. *L'Écriture et la différence*. Paris: Seuil, 1967 .

_____. La différance. In: _____. *Marges – de la philosophie*. Paris: Ed. Minuit, 1972.

_____. *La dissémination*. Paris: Seuil, 1972a.

_____. *A farmácia de Platão*. Tradução: Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.

PAES, J. P. *Socráticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.